

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DO  
TRIBUNAL DO JÚRI DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO xxxxxxxx**

**Processo n.º xxxxxxxxxxxx (Pje)**

**Denunciado: FULANO DE TAL**

**FULANO DE TAL**, por intermédio da **Defensoria Pública do Distrito Federal**, vem, à presença de Vossa Excelência, nos moldes do artigo 149 do Código de Processo Penal, apresentar quesitos, visando a orientar a elaboração do laudo de insanidade mental do acusado, que são:

1 - O periciando é portador de alguma doença mental, desenvolvimento mental retardado ou perturbação da saúde mental? Se positiva a resposta, qual a patologia apresentada pelo periciando?

2 - No caso de resposta afirmativa ao quesito anterior, é possível identificar a época inicial da manifestação da patologia?

3 - Na época dos fatos narrados no processo, o periciando era portador dessa patologia?

4 - O periciando, ao tempo da ação, era inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento?

5 - No caso de resposta afirmativa ao quesito anterior, a incapacidade é decorrente de:

a) vício decorrente do uso de substância capaz de provocar dependência física e/ou psíquica? b) doença mental?

c) perturbação da saúde mental?

d) desenvolvimento mental incompleto?

e) desenvolvimento mental retardado?

6 - O periciando, ao tempo da ação, estava privado da plena capacidade de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento?

7 - Em caso afirmativo, tal estado se relaciona a:

a) vício decorrente do uso de substância capaz de provocar dependência física e/ou psíquica? b) doença mental?

c) perturbação da saúde mental?

d) desenvolvimento mental incompleto?

e) desenvolvimento mental retardado?

8 - O periciando faz uso de alguma medicação para o controle da patologia definida no primeiro quesito?

9 - Na época dos fatos narrados no processo, o periciando fazia uso dessa medicação?

10 - Mesmo com o uso de medicamentos direcionados para o controle da patologia apresentada pelo periciando, é possível que ele desenvolva um comportamento agressivo, ou seja, nessa situação o periciando teria capacidade de entender o caráter criminoso do fato e determinar-se de acordo com esse entendimento?

11 - O estado mental do periciando lhe permite uma percepção e um entendimento real dos fatos?

12 - O periciando apresenta algum distúrbio de comportamento? Em caso afirmativo, tal distúrbio apresenta relação com o seu estado mental atual ou tem origem em alguma patologia psiquiátrica prévia?

13 - Qual o atual estado mental do periciando e qual a influência desse estado em sua capacidade intelectual e volitiva?

14 - O periciando apresenta distorções do pensamento, percepção ou de afeto?

15 - Em caso de resposta positiva ao quesito anterior, mesmo diante desse quadro, o periciando mantém-se em consciência e capacidade intelectual normal?

16 - Em caso de incapacidade (relativa ou absoluta) do acusado, o tratamento recomendado, se o caso, seria ambulatorial ou internação?

17 - O periciando apresenta periculosidade? Em que grau?

Por fim, a Defesa entende inviável que os autos principais continuem sua regular tramitação até a conclusão da instrução criminal.

Termos em que pede deferimento.

**Local, dia, mês e ano.**

**Defensor(a) Público (a)**